

Acta nº 4/2002

Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano dois mil e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Derrama;
4. Contribuição Autárquica;
5. Proposta de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais;
6. Venda de Casas do Bairro do Crasto – Regulamento;
7. Regulamento de Sistema de Controlo Interno;
8. Código de Posturas do Município de Montalegre;
9. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Registando-se quorum, estavam presentes sessenta membros. Não compareceram à chamada os senhores Fernando Calado Calvão, Alberto Martins Fernandes, Francisco Afonso Surreira, José Diogo Vaz Pereira, João Gonçalves Surreira, Manuel Lopes Oliveira e Silva, Fernando Gonçalves de Moura, António Pires Pereira, António Gregório Azevedo Dias, Luis Sanches Álvares Pereira e Paulo Jorge Dias Barroso.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Foi posta à consideração a acta número três de dois mil e dois, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

Foi também posta à consideração a acta da reunião extraordinária número um de dois mil e dois, a qual foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, José Coelho, José Rodrigues, Armando Duarte, Jorge Fernandes, Alexandre Antunes e Luis Carril.

O deputado António Cascais referiu ter-se inscrito para intervir neste período para apontar algumas anomalias que devem ser corrigidas. Disse que este Verão ocorreram actividades de carácter cultural, nomeadamente a Feira da Vitela e a Festa da Vila, que decorreram normalmente e que nos orgulham pela promoção que fazem do concelho. Considerou, no entanto, que são actividades que devem envolver mais o concelho e até a reportagem feita com o Daniel foi positiva pois ele representa o que nós somos e não é o que a televisão quis fazer mostrar; ele é Barrosão e Barroso é isto mesmo. Dirigindo-se directamente ao Senhor Presidente da Câmara, disse ter notado o esforço que este faz em transformar em tragédia a limpeza de um cemitério, mas não conseguiu. Também viu a tentativa que fez de desviar o trânsito de camiões da vila sem ter ponderado a situação das aldeias porque, se são desviados do centro da vila, passam nas aldeias onde há mais gados nomeadamente em Peirezes passam junto a uma escola. Também disse que para apreciar as belezas do Barroso, temos as albufeiras, mas a do rio Cávado é uma

vergonha, nomeadamente a de Sezelhe que está poluída. Montalegre polui o rio Cávado e é preciso resolver o problema. É visível a descarga de águas pluviais na albufeira de Sezelhe que mais parece esgotos. Na pista também foram despejados lixos perigosos que não deveriam ter sido aí despejados e os contentores do lixo na vila estão mal colocados, incomodam as pessoas nos passeios e dão má imagem aos restaurantes. Para finalizar a sua intervenção, referiu ter lido o inquérito feito à Escola Secundária Dr. Bento da Cruz que, na palavra do Manuel Baptista era a melhor, mas não foi isso que ele leu. Leu que era a pior, mas isto não é para gáudio de ninguém, é para lamentar. Os políticos também deveriam estar envolvidos na comunidade escolar porque até há autarquias que fazem a recepção dos professores. Estamos no início do ano lectivo e mais uma vez os nossos alunos estão sem pavilhão Gimnodesportivo que agora é um depósito de materiais.

O deputado Domingos Vasconcelos disse admirar-se com o facto das reuniões da Assembleia não se fazerem ao Sábado e agora fazerem-se à quarta-feira. Referiu que a estrada de Vila Nova ao Cambedo tem o tapete todo levantado e a estrada de Paradela que não se sabe se está concluída ou em conclusão, mas está uma vergonha. Disse que se vê que esta Câmara anda de cabeça perdida porque não obriga a empresa a cumprir. Disse que perto da ponte de Cabril há uma valeta que indica que as obras pararam por ali. No seu entender os engenheiros e os fiscais devem de estar no terreno e não nos gabinetes. O Senhor Presidente deve tomar medidas para modificar isto porque se gasta o dinheiro e não se vêem resultados.

O deputado António Ferreira disse que foi o porta-voz dos pedidos da colocação de sinais de trânsito e espera que, agora que foram colocados, isso diminua a sinistralidade. Disse ainda, referindo-se à Escola Secundária Dr. Bento da Cruz, que as informações que, às vezes, a imprensa transmite não são rigorosas, mas acompanha o que se passa aí e verificou que de quatrocentas escolas esta está em décimo sétimo lugar. Também verificou que numa primeira notícia uma escola de Barrancos estava em primeiro lugar e depois se dizia que estava em último.

O deputado José Coelho disse que à saída do Bairro, onde é o Sol e Chuva, no cruzamento de Lamas e em Parafita não se respeita a velocidade e pede que se ponham aí umas lombas para diminuir a velocidade. Também pediu que se arranjem os caixotes do lixo uma vez que alguns já não têm rodas.

O deputado José Rodrigues perguntou se tem fundamento o que se diz da empresa a quem foi entregue o Parque de Exposições e se é verdade que esta está em situação de pré-falência.

O deputado Armando Duarte afirmou que se diz que a empresa EHATB tem atribuído subsídios a algumas aldeias Perguntou se tal é verdade e quais são os critérios para essa atribuição de verbas.

O deputado Jorge Fernandes disse que a distribuição do correio é precária porque faltam as placas toponímicas. Referiu também que pediu a máquina motoniveladora à Câmara há muito tempo e esta não a cedeu.

O deputado Alexandre Antunes entregou à Mesa o seguinte documento:

“Exmº Senhor Presidente da Assembleia

Srs Membros

Sr. Presidente da Câmara

Srs Vereadores

Venho informar esta Assembleia, e não posso deixar de o fazer, porque me sinto lesado na pessoa de Presidente de Junta da Freguesia de Mourilhe mas, acima de tudo como cidadão.

No passado mês de Agosto, dia 16, surgiu nesta Câmara Municipal uma queixa de que o Presidente da Junta de Mourilhe teria profanado sepulturas, retirado ossadas e em seguida despejado essa terra nauseabunda junto de uma vivenda, a qual incomodava essa família.

É mentira, e passo a explicar.

Uma família residente em Mourilhe resolveu fazer obras nas suas duas campas que possui no cemitério.

Deram-me conhecimento das suas intenções, e na qualidade de Presidente da Junta eu autorizei-as. Não requeri a presença do Senhor Delegado de Saúde, por não se tratar de enterros realizados há menos de 3 anos, conforme a Lei agora em vigor, pois as sepulturas em questão não levavam corpos a enterrar há 30 e 61 anos respectivamente. De resto acompanhei os trabalhos, que se realizaram com todo o respeito e seriedade que o momento exigia.

Em seguida foi-me pedido, como cidadão e não como Presidente da Junta, que efectuassem a remoção da terra que sobejou dos trabalhos, depois de verificar não haver quaisquer pedaços de madeira, restos de ossos, roupas ou outros materiais que ferissem susceptibilidades.

Assim, a terra foi depositada num aterro de nivelção, que posteriormente servirá de parque de máquinas, propriedade da minha família. Qual o meu espanto quando passados dois dias, uma vizinha do local onde foi feito o depósito, se queixa de cheiros nauseabundos, cadáveres e roupas, perto de sua casa. Solicitou a minha presença no local. Compareci e constatei nada disso ser verdade, como já suspeitava! Pouco tempo depois deste encontro, vejo a minha propriedade ser invadida por fiscais da Câmara Municipal de Montalegre, repórteres da TVI, RTP 1 e Correio da Manhã. A todos atendi, mostrei o local e contei os factos. A comunicação social mostrou-se desapontada por não encontrar motivo de reportagem e da Câmara Municipal não recebi qualquer comunicado. No entanto, dias depois saía um artigo repleto de mentiras no Correio da Manhã e nos serviços informativos da TVI. Dizia-se que “A População de Mourilhe estava revoltada com o Presidente da Junta por este ter profanado sepulturas”! Mentiras! Informo que desde já estão a decorrer os devidos procedimentos legais para corrigir tamanha afronta. Além do impacte que estas notícias causaram tenho a lamentar conduta do Exmº Senhor Presidente da Câmara, por ter sustentado a posição de um dos fiscais e da queixosa, e da comunicação social, em como haveria restos de ossos na terra depositada na minha propriedade. Ambos mentiram, e o Sr. Presidente além de sustentar a versão destes, proferiu à TVI que o Presidente da Junta tinha deitado a terra debaixo da varanda da queixosa. Tal a convicção que nem precisou de ouvir a Junta de Freguesia de Mourilhe e a sua população.

Sinto-me lesado por se dar azo aos devaneios da comunicação social e se aproveitarem como instrumentos de retaliação política.

Não há igual tratamento para todos os membros desta Assembleia.

Estas atitudes dão a ideia de se tratar de uma terra inóspita de pessoas sem escrúpulos, na qual eu não me revejo.

Não houve o respeito pela verdade e integridade moral da minha pessoa.

Mourilhe, 25 de Setembro de 2002
Assina, Alexandre Antunes”

O deputado Luis Carril afirmou a sua solidariedade para com o Presidente da Junta de Freguesia de Mourilhe, dizendo parecer-lhe terem ainda restado espinhos das últimas eleições porque há presidentes de junta de freguesia a serem perseguidos e pressionados. Considera que seria bom que o Presidente da Assembleia alertasse os deputados para o facto de ser muito desagradável estar um deputado a falar e os telemóveis a tocarem. Disse também que a recuperação da Casa do Capitão, em Salto, vai em meio há meia dúzia de anos, perguntando qual o prazo da conclusão desta fase dos trabalhos e se há coimas para o não cumprimento do prazo para a conclusão dos trabalhos. Referiu ainda que a estrada nacional Cabeceiras – Venda Nova permite que os carros atinjam grandes velocidades, nomeadamente os camiões que excedem em muitos os limites permitidos, e que, por isso, seria bom colocar lombas artificiais junto das escolas e passadeiras de modo a evitar acidentes com os miúdos uma vez que as aulas já começaram. Disse que a estrada de Salto-Linharelhos não tem sido visitada pelos membros desta Câmara que não viram que ela se encontra intransitável. Tem duas faixas de rodagem quando o alcatrão que tem só dá para uma. Foram prometidas obras e nunca foram feitas. Lembrou que na Borralha há a antiga escola profissional com um número razoável de alunos que, no ano passado, circularam pela estrada Padrões-Borralha que é perigosíssima. Agora, servem-se de autocarros mais pequenos, mas isto só remedeia o problema, não o soluciona de uma vez por todas. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara fosse verificar o estado de degradação da estrada.

Findas as intervenções inscreveram-se para prestar esclarecimentos os deputados Manuel Baptista, João Soares e António Cascais.

O deputado Manuel Baptista disse que não foi a primeira vez que remeteu para esta Assembleia a análise da avaliação praticada pela Escola Secundária Dr. Bento da Cruz. Gostou de ver as preocupações ecológicas do deputado António Cascais mas este esqueceu-se de uma vertente que é a poluição mental. Referiu que das quatrocentas e quarenta e quatro escolas nacionais inspeccionadas, de facto a ES/3 Dr. Bento da Cruz estava muito bem colocada, sendo também verdade que no secundário os resultados eram maus. Porém, é preciso saber analisar os resultados porque há um item que se chama mais valia que determina o resultado. A Câmara recebeu um relatório, bem como o Presidente da Associação de Pais, mas é preciso usá-lo na íntegra. Este ano, de todos os alunos do décimo segundo ano, só dois não entraram na universidade. Disse ainda que a avaliação foi feita com base num conjunto de factores que foram deturpados. No terceiro ciclo, a Escola está entre as vinte melhores, no secundário é das piores, mas o regime é diferente, basta ver que no terceiro ciclo os alunos transitam com três negativas e no secundário é por disciplina.

O deputado João Soares referiu que também a Escola da Borralha obteve bons resultados, tendo um só aluno não entrado na universidade. Disse que também se preocupa com a estrada da Borralha e com os transportes, preocupação essa que já fez chegar ao Presidente da Câmara que vai tomar medidas. É uma estrada que dá acesso a vários destinos e usada por muitas crianças.

O deputado António Cascais referiu que transpira no concelho que a Escola Dr. Bento da Cruz não funciona como seria de esperar. Disse que esta escola nasceu com um

pecado original, que se chama Manuel Baptista, e ainda não apareceu, ao longo dos tempos, um redentor. Perguntou que tipo de educação podia ser dada aos alunos naquela Escola quando um funcionário tenta agredir um professor. Acrescentou que era pai e que por isso queria que a escola melhorasse pois não se ouve da Preparatória o que se ouve da Secundária. Referiu ainda que não ia mais longe porque a sua mulher era funcionária daquele estabelecimento de ensino.

O deputado Manuel Baptista, usando o direito de resposta, disse que queria ver na acta a afirmação do deputado António Cascais de que a escola nasceu com um pecado original que se dava o nome de Manuel Baptista. Disse saber porque o deputado o disse porque numa célebre reunião em Boticas um senhor Ernesto disse que preferia ver na gestão da escola um comunista Manuel Baptista e ninguém do PSD.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes.

Começou por dizer, que relativamente à educação, ainda que a Assembleia seja o lugar para se discutir este assunto, devia haver frieza e ponderação da parte dos pais para entenderem as dificuldades que os professores e os funcionários enfrentam e exigirem mais de todos, a começar pelos filhos. Quanto ao primeiro Círculo, a Câmara dá dois mil escudos por aluno para material de desgaste, o que nenhuma Câmara faz. Ainda dá os livros aos carenciados e paga as refeições aos deslocados. Durante algum tempo, disse-se que a Câmara não fazia a promoção do concelho. Quando ouviu o Senhor Cascais, pensou que este se iria penitenciar quando viu o Congresso e o Dia das Bruxas e quando viu três televisões a fazer a reportagem e tanta gente poderia ver que as suas críticas foram infundadas. A Câmara desenvolveu imensas actividades que promovem o concelho: o Ecomuseu, a Expo-Limia, o Dia das Bruxas, a promoção e organização de trilhos, o Boi do Povo, a matança, etc. Estas acções de promoção têm o apoio da Universidade de Trás-os-Montes, da Universidade do Minho e da Universidade Fernando Pessoa. O facto mediático do Daniel permitiu que a Câmara promovesse mais o concelho por exemplo com a ida dos Gaiteiros de Pitões das Júnias ao Estádio da Luz. Quanto ao Cemitério de Mourilhe, nunca imaginou ser ameaçado por um Presidente de Junta. Referiu que se esquivou de falar para a RTP, mas não teve oportunidade de fazer o mesmo com a TVI. Limitou-se a relatar o que se passou, e a verdade. Quanto aos camiões, já chegamos ao limite de tolerância para com os camionistas. Os camiões não passam no centro da vila, mas também não passam em Peirezes onde está um sinal a proibir a passagem. Esta passagem só é permitida na estrada nacional. As estradas municipais não comportam o trânsito nacional e internacional, que diz respeito ao poder central. O lixo colocado clandestinamente na pista automóvel não é novidade porque há lixo por todo o lado e deve-se apelar ao civismo e todo o cuidado é pouco a Câmara tem vindo a proceder à limpeza e o concelho está limpo. Por muito cuidado que se tenha há quem não cumpra as normas e, por isso, pede que se denunciem os prevaricadores. É perfeitamente descabido dizer que há resíduos perigosos na pista. Quanto à recepção aos novos professores, esta só se faria se houvesse interesse e participação das escolas, o que não se demonstrou. Referiu que a Escola Preparatória nunca teve um pavilhão gimnodesportivo e a DREN diz que a comunidade escolar deve utilizar o da Bento da Cruz. A estrada de Paradela está em obras, a fiscalização está no terreno e está tudo a ser devidamente feito. Há, contudo quem pense que as obras se compram no supermercado. A estrada de Cabril também está a ser bem executada, mas não está concluída, vai demorar algum tempo, mas está em bom ritmo. A brigada de Ferral não trabalha só em Ferral e fez, este período, um trabalho excelente que poupou milhares de

contos à Câmara. Quanto à nacional 103, foi depois de muita pressão que se colocaram as passadeiras. Chamou-se à atenção para os perigos aí existentes, mas a estrada não pode ser polvilhada de passadeiras e faixas sonoras. Quanto à FERSEQUE, não houve nenhuma reclamação, mas teve a informação de particulares de que a situação económica da empresa não era a melhor. Informou de tudo isto na reunião de Câmara e não se verificaram motivos concretos para não adjudicar a obra a esta empresa que apresenta uma diferença de cerca de setecentos e cinquenta mil contos, relativamente à segunda proposta. Quanto à EHATB, havia algumas verbas e teve-se a indicação para as distribuir pelas juntas tendo a Junta de Salto recebido 3.000 contos e a de Tourém 1.500. As juntas foram indicadas pela Câmara e as verbas são para obras que eram compromisso. Quanto às placas toponímicas, não se devem encomendar só para uma aldeia, mas para muitas porque assim o preço é menor. É por essa razão que se está em compasso de espera. Relativamente aos espinhos das últimas eleições, não sabe quem terá de usar luvas, se o PS ou a oposição. Com a maioria confortável na Assembleia e na Câmara não percebe a menção dos espinhos, só se estiverem no PSD e no Sr. Cascais que teve pior resultado que o engenheiro Adelino. Quanto à Casa do Capitão, este edifício estava muito danificado com zonas da fundação muito degradadas e por isso exigiu maiores intervenções. A primeira fase concluiu-se e a segunda está em execução, não havendo necessidade de atrasar as obras por falta de verbas porque estas estão asseguradas. A estrada da Borralha não foi feita porque não há dinheiro para acessibilidades do PRONORTE e por isso foi necessário rever as opções. A obra vai andar quando a Câmara tiver possibilidades, já está no Plano, mas não para este ano. E fomos claros sobre isso. Disse-se isto mesmo antes das eleições.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs à consideração o uso ou não de telemóveis na Assembleia.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Domingos Vasconcelos, António Cascais, Jorge Fernandes e Luis Carril.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que na estrada de Cabril as valetas estão todas por fazer, devendo-se estar à espera do Inverno. O Presidente também não respondeu à questão do caminho de Sidrós a Vila Nova e, quanto aos espinhos, não sabe se é o Sr. Cascais a tê-los ou o Presidente pois este dizia que iria ganhar as eleições ao engenheiro Adelino por dois mil e tal votos. Finalmente, pediu verbas para a freguesia limpar os caminhos e manifestou a sua solidariedade para com o Presidente de Junta de Mourilhe.

O deputado António Cascais referiu não ser verdade ser esta a única Câmara a dar dois mil escudos por aluno, mesmo sendo esta quantia irrisória. Disse que o Senhor Presidente não deve pôr na sua boca palavras que nunca proferiu pois nunca o ouviu dizer para retirar os sinais de trânsito ou que não se cumpra a lei. O que aconteceu é que o Senhor Presidente criou uma situação inviável no trânsito da vila. Quanto às bruxas, tem a sua opinião, mas nunca a manifestou porque cada um tem a sua cultura e a sua mística.

O deputado Jorge Fernandes disse que as pessoas mudaram as direcções domiciliárias porque assim foi solicitado pela anterior junta, através de Edital.

O deputado Luis Carril referiu que não se deve colocar a questão de votar o uso de telemóveis na Assembleia porque este é um espaço onde não se devem usar por

respeito. Quanto à estrada da Borralha, a promessa eleitoral é adiada mais uma vez. Há outras obras que não são tão urgentes e se fazem por administração directa e esta não. Disse que se tivesse um filho não o deixava ir para lá, não pela qualidade de ensino, mas devido à estrada que é muito perigosa. Admirou-se com o facto do Senhor Presidente lá ir tantas vezes e ainda não ter visto o perigo, nem o aterro sanitário que não manda limpar.

O Senhor Presidente respondeu a todos os interpelantes. Disse que em Ferral havia problemas com a água, teve-se que fazer dois furos, tudo com a brigada e as valetas fizeram-se. Disse também não ter atacado o presidente da Junta de Mourilhe, nem ter pretendido fazê-lo uma vez que não havia matéria para isso. Só disse o que os fiscais lhe transmitiram e que se tivessem ofendido alguém lhe pediria desculpa. Disse que o PSD só faz asneiras pois votaram contra o subsídio para a Feira do Prémio da Venda Nova e votaram a favor para a de Salto, era só ver as actas. Quanto às máquinas pedidas para Cervos, ainda não foram porque não há máquinas disponíveis para todos e todos os dias, é preciso saber esperar. Tem a noção das necessidades e não é por pressão ou ataques que se vai beneficiar uns em detrimento de outros. Há critérios e contas a cumprir e é preciso equilibrar as coisas. Quanto à estrada da Borralha/Padrões sempre assim existiu o que a Câmara fez foi melhorá-la com pequenos alargamentos e com o piso. No tempo do PSD era de terra batida. Relativamente à estrada de Salto Borralha não houve promessas antes pelo contrário. Em plena campanha eleitoral disse que tinha assumido, na Assembleia Municipal e em público que a estrada não poderia ser executada e que era retardada.

Neste momento, informou a Assembleia de que tinha de se ausentar uma vez que ia ter uma reunião com o Presidente do PNPG e com o alcaide de Xinzo de Limia, sendo substituído pelo vereador Nuno Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia, respondendo a uma questão colocada, disse que a Assembleia não se realizou no Sábado anterior porque decorria o Congresso e também esteve em serviço de urgência, mas se se passasse a realizar ao Sábado, não seria nenhum pecado.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido. Informou também que o deputado João Miguel Justo Alves de Sousa renunciou ao mandato, sendo substituído pelo elemento a seguir da lista.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Vereador Nuno Pereira expôs o Relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia referente ao período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Araújo, Domingos Vasconcelos, Jorge Fernandes, Duarte Soutinho, Acácio Moura e Luis Carril.

O deputado António Cascais referiu que as obras, dizem, já estão concluídas e não ainda em construção. Relativamente ao muro de suporte em Frades do Rio, lamentou que não tivesse sido feito em toda a rua.

O deputado António Araújo disse haver muita gente a precisar de óculos ou de mudar de lentes. Quer na Assembleia, quer em reuniões de Câmara vê-se que há obras e muito concretas. Na freguesia de Cabril verificou que se está a fazer o Plano Rodoviário III que está a satisfazer a população, estando as obras quase concluídas. A ponte Frades/Cabril é importante e a EDP está a fazê-la mediante a pressão da Câmara. Também as obras em Montalegre são imensas e só não as vê quem não quer.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a estrada de Paradela não estava concluída, bem como a de Cabril, que não tem valetas, e não era preciso óculos porque se via bem.

O deputado Jorge Fernandes perguntou onde andavam as máquinas que pediu.

O deputado Duarte Soutinho disse que na página três do documento , na execução do plano, contava o reforço de água e perguntou onde se fez tal reforço.

O deputado José Acácio disse que se encontrava lixo em Paredes do Rio porque estavam à espera do D6.

O deputado Luis Carril disse que o endividamento futuro desta Câmara é preocupante porque não se estão a amortizar dívidas. Nas estradas Paradela/Ferral e Cabril só se taparam buracos e definem-se no documento como muitas e muitas obras. Quem lê o relatório fica a saber o mesmo. Em termos de ambiente estamos mal porque a ETAR de Salto não funciona, indo os detritos directamente para o rio e só se refere a limpeza de uma porque a outra está parada, não precisando de limpeza. Também não vê o muro a que se refere o relatório. Disse também que quando o PSD diz que se gasta muito em promoção não é gastar muito, é não se gerir bem. A retro vai para Cervos, mas não há trabalhos para a Junta. Afirmou que a Câmara dá dois mil escudos por aluno e auto-elogia-se, mas esquece que a Junta de Cervos merece os parabéns porque no início do ano ofereceu os livros e restante material escolar aos alunos, demonstrando visão e desenvolvimento sustentado. Finalizou, dizendo que este relatório parece o relatório de actividades de uma qualquer junta de freguesia porque são poucas as obras.

O Senhor Vereador Nuno Pereira disse que se encontrava a substituir o Senhor Presidente da Câmara, o relatório não era da sua área e, por isso, anotaria as questões que seriam entregues ao Presidente que responderia, querendo, em tempo.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Derrama

O Senhor Vereador Nuno Pereira informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, Paulo Cruz, Luis Carril, Ricardo Moura e Domingos Vasconcelos.

O deputado António Cascais disse que a posição da sua bancada era conhecida. Considera que é mais um imposto para os comerciantes e empresários que devem ser apoiados e não se lhes dar mais impostos. Junto com o tubarão vem o peixe pequenino e é o que acontece aqui. Conhece um munícipe que procurou outro concelho para se informar da possibilidade da sua instalação aí. Além do mais, segundo a Associação Industrial de Braga, aqui a indústria ainda é incipiente, por isso não se justifica a Derrama.

O deputado António Ferreira pensa que a Derrama é pequena e se mandasse votaria uma maior percentagem. Se a EDP paga catorze mil contos e seis mil os bancos o que fica para os outros é muito pouco. Não se justifica pois estar a perder este dinheiro por dois mil contos que caberão aos empresários locais até porque se eles pagam isso é porque declaram lucros e todos sabem o que declaram as empresas.

O deputado Paulo Cruz disse que este é um exercício que está na lei e que todas as Câmaras podem exercer, não devendo ser encarado como um modo de afugentar os investidores. Apesar de legítimo, é também habitual o sentido de voto do PSD, votando sempre contra aquilo que favoreça o desenvolvimento do concelho e as actas assim o espelham. A justificação apresentada para votar contra é a de que a Derrama prejudica os pequenos empresários quando a Câmara diz que é uma taxa tão pequena que nem se vai aplicar. As pessoas que querem vir para aqui vêm, independentemente da Derrama. Quando estamos num período de retenção e o governo não dá orçamento à autarquias, se não fosse aplicada a Derrama seria o PSD a dizer que a Câmara estava a deixar escapar os lucros que poderiam ficar no concelho e diriam que era má gestão.

O deputado Luis Carril disse ser falso só ter havido uma empresa a dar lucro em Montalegre. As actas provam que o PSD vota tudo contra e na parte da manhã até se disse que o PSD votou contra a Feira do Prémio da Venda Nova e é mentira pois os membros abstiveram-se e justificaram-se. Quanto à Derrama, todos sabem que as grandes empresas não vêm para cá e cem contos para um empresário pequeno é muito dinheiro e são as pequenas empresas que nos interessam porque são as que existem no concelho. Referiu-se o caso de Viseu e o Dr. Fernando Ruas, presidente dessa autarquia, é irrelevante porque no PSD há opiniões individuais. Disse ir votar contra por saber o que custa a uma pequena empresa esses valores.

O Ricardo Moura disse que a Câmara vizinha tem dado muitos donativos e quando esse empresário lá foi pedir para aí se instalar de certeza que o aceitaram. Disse que os empresários lamentam pagar a Derrama porque é um sacrifício mas, no Verão, quando vão para Benidorm, já não se preocupam em gastar dinheiro. Quando se levantou a questão da Derrama foi para a EDP e os bancos pagarem esse imposto. Foi uma boa ideia e se todos os empresários de Montalegre pagarem mil contos, dá dez contos a cada um.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que é má política a Câmara aumentar a Derrama, impedindo que mais empresas aqui se instalem porque lhes dificultam a vida. A comparação com Viseu e a postura do Dr. Fernando Ruas não se deve pôr porque

aqui escorraçam os empresários. Disse que a sua bancada era oposição e devia votar contra a Derrama.

O Senhor Vereador Nuno Pereira respondeu e disse que a Câmara apoia a fixação de empresas e que o concelho tem dois parques industriais para instalação de empresas e, dependendo do número de postos de trabalho criados, o lote até pode ser gratuito, sendo esta uma medida de grande apoio e incentivo. É esta a realidade e o resto é conversa. Se um empresário tiver de pagar cem contos à Câmara é porque teve três mil e trezentos contos de lucro. Perguntou ainda para onde poderão fugir as empresas se noventa e nove por cento dos municípios têm Derrama. Para um concelho como o nosso, com tantas carências e falta de receitas, seria um desperdício, para não receber mil, dois ou três mil contos dos empresários locais, deixar de receber 18 mil da EDP e dos Bancos.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com catorze votos contra e seis abstenções.

4. Contribuição Autárquica

O Senhor Vereador Nuno Pereira esclareceu a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira, José Rodrigues, Luis Carril e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que a contribuição autárquica tem sido um cavalo de batalha desde que esteve em 1.30 e agora está em 1.10. Fez um apanhado em vários concelhos e verificou que só em Valpaços a contribuição autárquica é maior que aqui porque é de 1.20. Quando o valor patrimonial de uma casa é cinco mil contos, a contribuição é de cinquenta e cinco contos, o que é significativo. É um critério desta Câmara aproximarmo-nos dos valores máximos mas que não têm justificação. A Câmara tem muito mais onde realizar dinheiro e deve cortar em despesas como ir com um carro topo de gama levar panfletos aos CTT de Ribeira de Pena como se não houvesse um posto CTT em Montalegre. O valor de contribuição autárquica devia diminuir.

O deputado António Ferreira disse que ficava satisfeito se não houvesse contribuição autárquica mas, a pensar assim, não se reduz o déficit público e não se evita o aumento da gasolina. Quem tem muito, paga muito, quem tem pouco, paga pouco. Não se compreende é a subida do IVA de 17% para 19% pois atinge todos, é igual para o rico e para o pobre.

O deputado José Rodrigues prescindiu da palavra.

O deputado Luis Carril disse que representa o povo e não o Presidente de Junta. Salto é uma freguesia com uma grande área, o que implica um grande orçamento. Há sociedades em nome individual, chamadas sociedades unipessoais, que dão lucro e há muitas no concelho. Considera que quando é para se dar ao povo, não se dá; para se cobrar, vai-se logo e esta é a governação socialista.

O deputado Paulo Cruz disse que quem está no governo é o PSD e o PP e não o PS. A argumentação do PSD diz que a Câmara gasta muito dinheiro em promoção e não

entendem que sem promoção não se fazem casas, nem se trazem empresas para a região. Se é um sacrifício que se pode às pessoas para contribuírem, também se tem de dizer que o retorno é muito maior.

O Vereador Nuno Pereira perguntou se fica bem a um partido reclamar tudo de graça. Será que têm razão quando fazem isso, ou será para parecem simpáticos e generosos? Respondeu ainda e disse que só é pena que em Montalegre não haja um cadastro actualizado das casas pois, de acordo com a realidade existente, não se paga nada. Se o cadastro estivesse actualizado poder-se-ia taxar devidamente.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com treze votos contra e cinco abstenções.

5. Proposta de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais

O Senhor Vereador Nuno Pereira esclareceu a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado José Coelho que disse ouvir dos feirantes reclamações pois consideram que em Montalegre é onde pagam mais taxa. Disse ainda que os autocarros beneficiam de um desconto de 30% e as juntas de freguesia também deviam usufruir desse desconto.

O Vereador Nuno Pereira respondeu e disse que no ponto cinco se refere exactamente os benefícios para as Juntas de Freguesia. Disse também que o cartão de feirante dividido por vinte e quatro não custa muito e se há alguém que não possa pagar que o diga.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com um voto contra.

6. Venda de Casas do Bairro do Crasto – Regulamento

O Senhor Vereador Nuno Pereira esclareceu a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais que disse que um agregado familiar com duas pessoas fica excluído se ganharem duzentos e cinquenta contos por ano, segundo o estipulado na página quatro. Não concorda que seja por sorteio e uma pessoa isolada também fica excluída do mesmo, o que é injusto. Considera que casos de morte, de carência e outras situações deveriam ser tipificadas e não o foram. Também considerou que o Regulamento deveria ser revisto no artigo dezanove porque as despesas de preparação são da responsabilidade do vendedor e não do comprador.

Deliberação: O Regulamento foi aprovado por unanimidade.

7. Regulamento do Sistema de Controlo Interno

O Senhor Vereador Nuno Pereira disse que com a entrada do POCAL é obrigatório ter este sistema de controlo interno para que cada área conheça as suas regras.

Não houve inscrições.

Deliberação: O Regulamento foi aprovado por unanimidade.

8. Código de Posturas do Município de Montalegre

O Senhor Vereador Nuno Pereira esclareceu a Assembleia, dizendo que as alterações estão a itálico e que neste código estão regulamentados alguns aspectos que o anterior não contemplava como, por exemplo, o abandono de viaturas.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, José Coelho, António Azevedo e Ricardo Moura.

O deputado António Cascais disse que, segundo este código, nomeadamente o seu artigo décimo, é proibido viver em Barroso de acordo com as tradições que sempre tivemos. É proibido lavar um pipo, chamuscar um porco na aldeia, prender um burro a um poste ou tirar estrume. Assim se conclui que, se este Código for interpretado à letra, é impossível viver em Barroso. Considera que tem de haver regulamentos, mas há coisas do bom senso e que não se justificam num concelho agrícola. Considera ridículo coisas como “é proibido beber água colocando a boca em bicas ou torneiras”. Gostaria de ver esclarecido o conteúdo do artigo sessenta e três porque é ridículo e, ainda por cima, obriga a coimas.

O deputado José Coelho disse concordar com este Código e gostaria que ele se aplicasse à sua Junta.

O deputado António Azevedo disse que na sua freguesia a recolha do lixo não se efectua todas as semanas e seria bom colocar um edital a avisar do dia em que vão fazer essa recolha.

O deputado Ricardo Moura disse que, pela primeira vez, dava razão ao deputado António Cascais. Considerou que há, neste Código, coisas que nem em Lisboa se adaptam. Ninguém pode proibir as vacas e as galinhas de fazerem as suas necessidade nas ruas das aldeias.

Em resposta às observações feitas pelo Senhor Cascais, o vereador Nuno recordou-lhe que o Código de Posturas do Município de Montalegre que se pretende aprovar, é uma alteração ao que está em vigor. Grande parte das observações discordantes que o senhor deputado fez ao documento referem-se a normas que estão no antigo código e que não foram alteradas na proposta. Referiu ainda que as observações que ele fez são, também, graves, na medida em que parecem resultar de uma leitura incorrecta e precipitada do documento, revelando uma certa abordagem transversal sem respeitar a estrutura e a sistemática do documento. Por isso faz a confusão que faz ao tentar projectar nas normas relativas aos «animais» as determinações regulamentares que se fazem para o «gado». O documento separa em capítulos claramente aquilo que o senhor deputado confundiu, dando uma imagem errada do documento fazendo crer que o documento regula de forma diversa daquela que objectiva e claramente dispõe. Mais ainda, o senhor vereador lamentou o facto de o senhor deputado, tendo as discordâncias que agora revela relativamente ao documento, não ter aproveitado o tempo em que a proposta de alteração do código esteve em discussão pública para fazer chegar à câmara, como era sua obrigação porque desempenhava o cargo de vereador, as suas críticas e sugestões para serem apreciadas antes de serem aprovadas em reunião de Câmara. Nem

sequer tem razão o senhor deputado ao invocar um certo desconhecimento relativamente à proposta porque, sendo ele vereador, a proposta lhe foi entregue para a reunião de Câmara de 11 de Setembro de 2000, data em que a proposta de alteração foi aprovada para que fosse posta à discussão pública nos termos da lei. Nesse documento estavam bem identificadas as partes que permaneciam do anterior documento e aquelas que se propunha que se alterassem. Lembrou ainda que o documento foi, além de publicado na III série do Diário da República, enviado a todos os presidentes de junta e demais autoridades concelhias para que o apreciassem e fizessem propostas de alteração.

Deliberação: O Código de Posturas foi rejeitado com vinte votos contra, quatro abstenções e dezoito votos a favor.

O Senhor deputado Acácio Gonçalves apresentou um voto declarado que se transcreve:

“Montalegre 25/9/2002

Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do CDS/PP, vota contra a proposta de Código de Posturas do Município de Montalegre por não poder concordar com a sua análise.

1º Porque a tradição já não é o que era e se este regulamento teve por base o anterior deveria ser corrigido no essencial.

2º Porque este Código, cuja proposta foi apresentada no executivo, o Sr. Presidente do executivo deveria ter cuidado aos direitos da oposição nomeadamente quanto à consulta aos partidos.

3º Porque o inquérito público de um documento de tão grande importância para a vida das pessoas no Barroso, deveria ser objecto de mais publicidade e de facto não foi.

4º Porque de facto este Código sendo aprovado, deixa à discricionariedade a inspecção das autoridades municipais e públicas.

5º Porque a unanimidade com que o Código foi aprovado no executivo o CDS/PP não foi consultado.

6º Porque este Código deveria evidenciar as alterações anteriores.

Assina, Acácio Silva Gonçalves”.

9. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação

O Senhor Vereador Nuno Pereira esclareceu a Assembleia, dizendo que este é um regulamento novo, de natureza técnica. As questões foram discutidas e aprovadas em reunião de Câmara. Se os Presidentes de Junta tivessem alguma dúvida deveriam ir à Câmara para serem esclarecidos.

Não houve inscrições.

Deliberação: O Regulamento foi aprovado por maioria com duas abstenções.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário